

Passarinho acena com solução

Deuza Lopes

O impasse criado entre o Governo e a Oposição durante a votação dos vetos do presidente Fernando Collor à política nacional de salários deverá ter uma solução este final de semana, com a celebração de um acordo entre as partes. Segundo o ministro da Justiça, Jarbas Passarinho, este acordo não deverá onerar a Previdência, estados e municípios, e é de sua preferência que venha em forma de projeto de lei para tramitação em regime de urgência-urgêntissima.

Passarinho não descartou também a possibilidade de se baixar medida provisória para solucionar a questão salarial. Mas adiantou que este expediente poderá ser utilizado para dar o reajuste ao funcionalismo público, que tem data-base no mês de janeiro, em caso de impasse com a Oposição.

O ministro não deixou de atribuir a responsabilidade da obstrução das votações à Oposição, ressaltando que a matéria não é de interesse exclusivo do Executivo, mas de toda a população brasileira. Ontem mesmo as negociações para se fechar um acordo em torno da questão salarial tiveram uma primeira rodada entre o ministro Passarinho, o líder do Governo na Câmara, Humberto Souto (PFL/MG), e o líder do bloco governista Ricardo Fiuza (PE). Segundo Passarinho, as negociações já estão sendo devidamente articuladas com o Ministério da Economia, para que não haja sacrifícios para a Previdência, estados e municípios.

A manutenção dos vetos aos artigos que concediam reajustes trimestrais de cinco por cento pelo INPC ao salário mínimo a partir de janeiro de 1992 e a incorporação dos abonos da Lei 8.178, para Passarinho significam uma vitória do Governo, pois não há caixa para bancar estes ganhos nos salários. Passarinho argumenta que cada Cr\$ 1 mil acrescidos ao salário mínimo, representariam Cr\$ 9 bilhões a mais na folha de pagamento.

Caso nenhum veto seja derrubado, o salário mínimo em janeiro será Cr\$ 97 mil. Com a proposta de reajuste trimestral pelo INPC do último quadrimestre, chegaria a Cr\$ 128 mil, conforme cálculos da equipe econômica do Governo. Com o mínimo de Cr\$ 128 mil, a folha de pagamentos sofreria um adicional de Cr\$ 6 bilhões, calculou Passarinho.

Ministros — A preocupação com a falta de recursos para pagar os 147 por cento concedidos aos aposentados e pensionistas pela 2ª Vara de Justiça do Distrito Federal levou ontem os ministros da Saúde, Alcení Guerra, e Previdência Social, Antônio Rogério Magri, a se reunir com Passarinho para encontrar uma saída para o caso.

Os dois ministros, que vinham disputando verbas na área de assistência, tiveram que se unir em torno de uma questão comum. Os hospitais conveniados estão solicitando contribuições maiores por parte da Previdência, ameaçando parar em todo o País. Passarinho ficou de encaminhar o caso ao presidente Collor hoje, em seu despacho normal.